



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008617-12.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **EDISLEI DE SOUZA RODRIGUES**
Requerido: **CYBELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um fogão junto à ré, contratando ainda um seguro para a hipótese de ficar desempregado, o que sucedeu após algum tempo.

Alegou ainda que realizou o pagamento das três primeiras prestações relativas à compra, acreditando que por força do seguro aludido a quitação das restantes seria coberta pelo mesmo.

Surpreendeu-se, porém, ao saber posteriormente que fora negativedo pela ré.

A preliminar suscitada em contestação pela ré não merece acolhimento.

Com efeito, como foi ela quem procedeu à negativedo do autor e como a ação tem por objeto esse fato, aí reside sua legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual.

Se eventualmente isso seria atribuído a terceiro, a ré poderá voltar-se contra ele para postular o que reputar de direito, mas não se poderá eximir da responsabilidade de ter levado a cabo a questionada negativedo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Rejeito a prejudicial, pois.

No mérito, a ré admitiu que a inserção do autor perante órgãos de crédito foi irregular, ressalvando que houve demora na liberação do pagamento em apreço pela seguradora responsável pelo mesmo.

Acrescentou que tal sucedeu "*em virtude de trâmites de documentação*" (fl. 35) e que ao localizar o depósito efetuado, além de identificar o destinatário, procedeu à baixa das pendências em nome do autor.

O quadro delineado impõe o acolhimento da pretensão exordial para o fim de declarar-se a inexigibilidade da dívida trazida à colação, mas outra haverá de ser a solução para o pedido de ressarcimento dos danos morais.

Isso porque os documentos de fls. 19/21, 26 e 61 demonstram que o autor ostenta outras diversas negativas além da presente, circunstância que inviabiliza o pedido a esse título na esteira de reiteradas manifestações do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"Agravos Regimentais no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido." (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

"Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido." (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que "*da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento*".

Não se vislumbra, portanto, que o autor tivesse sofrido danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade da dívida referida a fl. 01, no valor de R\$ 436,98, tornando definitiva a decisão de fls. 11/12.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**